



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O FUNDO NACIONAL DA IGUALDADE RACIAL – PEC 27/2024

#### REQUERIMENTO Nº\_\_\_\_, DE 2025

(Do Sr. Damião Feliciano)

Requer a realização de audiência pública para debater o tema **“Diversidade racial no Poder Judiciário Brasileiro”**.

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão para subsidiar os debates acerca da temática **“Diversidade racial no Poder Judiciário Brasileiro”**, no contexto da PEC nº 27/2024, que institui o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial (FNREPIR).

Para tanto, solicito que seja convidado o **Excelentíssimo Ministro Benedito Gonçalves**, do Superior Tribunal de Justiça.

#### JUSTIFICATIVA

A presença do Ministro Benedito Gonçalves nesta audiência pública é de grande valia para os trabalhos da Comissão Especial, considerando sua trajetória pioneira no Judiciário brasileiro e sua contribuição histórica para o fortalecimento da equidade racial nas instituições públicas.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258574484300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Damião Feliciano

Apresentação: 23/09/2025 10:36:48.217 - PEC02724

REQ n.11/2025



\* C D 2 5 8 5 7 4 4 8 4 3 0 0 \*

O Ministro Benedito Gonçalves é reconhecido como um dos primeiros magistrados negros a ocupar posição de destaque no Superior Tribunal de Justiça, o que lhe confere experiência singular para avaliar os avanços e desafios da inclusão racial no sistema de justiça. Sua participação permitirá trazer ao debate elementos técnicos e institucionais sobre políticas de promoção da igualdade racial, ações afirmativas, critérios de acesso às carreiras jurídicas e medidas de incentivo à representatividade.

Além disso, sua visão contribuirá para subsidiar a análise da PEC 27/2024 à luz dos princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa humana e do pluralismo. A oitiva do Ministro possibilitará à Comissão compreender de forma mais aprofundada como a diversidade no Poder Judiciário impacta a legitimidade e a efetividade da prestação jurisdicional, fortalecendo a confiança da sociedade nas instituições e promovendo uma justiça mais inclusiva.

Sala da Comissão, de setembro de 2025.

**Damião Feliciano**  
Deputado Federal – UNIÃO/PB

